



# MUNICÍPIO DE MONCHIQUE

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA N.º 10 / 2010

SESSÃO N.º VI / 2010 (ORDINÁRIA)a) – REUNIÃO ÚNICA b)

REALIZADA NO DIA 27 DE DEZEMBRO / 2010

CONTÉM \_\_\_\_\_ FOLHAS

- a) Extraordinária ou ordinária conforme os casos
- b) N.º da Reunião

**Acta n ° 10/2010****Sessão VI/2010 (ordinária) – Reunião I**

Acta da reunião única da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Monchique, realizada no dia 27 de Dezembro de 2010 -----

Aos 27 dias do mês de Dezembro do ano de 2010, pelas 21:15, nesta vila de Monchique, no Salão Nobre do Município de Monchique reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Monchique em sessão apazada para as 21:00 desse dia, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

**Um: Apreciação de uma informação escrita do PRESIDENTE DA CÂMARA acerca da actividade do município bem como da situação financeira do mesmo;**-----

**Dois: Apreciação e votação das Grandes opções do Plano do Município de Monchique para o ano económico de 2011;**-----

**Três: Apreciação e votação da Proposta de Orçamento do Município de Monchique para o ano económico de 2011;**-----

**Quatro: Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Monchique para a reorganização dos Serviços Municipais.**-----

O edital datado de 14 de Dezembro de 2010 contendo a Ordem de Trabalhos desta reunião constitui o [**anexo VI/1 (2010)**] às actas.-----

A Assembleia foi presidida pelo seu Presidente, FERNANDO REIS LUÍS e secretariada por MARIA DA GRAÇA MOREIRA DA SILVA MIRA, Primeiro Secretário, e por ARSÉNIO MANUEL MARQUES VEIGA MEDRONHO, Segundo Secretário da Mesa.-----

Esteve presente o Presidente da Câmara Municipal de Monchique, RUI MIGUEL DA SILVA ANDRÉ (PSD).-----

Estiveram presentes os vereadores LUÍS FILIPE DE CARVALHO GRADE e ARMINDA DE LURDES ANDREZ, do Partido Social Democrata (PSD), e MARIA DA GRAÇA CERRO BATALIM DA MOIA, do Partido Socialista (PS).-----

Pelas 21:15 o PRIMEIRO SECRETÁRIO DA MESA procedeu à verificação e registo das presenças e das faltas. Encontravam-se presentes, para além dos mencionados, os seguintes membros:-----

**Do PS:** JOSÉ MANUEL DA SILVA FURIADO, CARLOS BRUNO CORREIA DE ALMEIDA, MARIA DA CONCEIÇÃO ALVES SILVA DA CRUZ MIRA, ANTÓNIO SILVESTRE DA SILVA NUNES, HUMBERIO MARQUES VARELA e ANA PAULA GERVÁSIO PENTEADO CORREIA DE ALMEIDA; **Do PSD:** FERNANDO ANTÓNIO

ANDREZ VÁRZEA, CATARINA MARIA NUNES CHULA, STEPHEN JOHN HUGMAN, HUMBERTO FERNANDES SÉRIO, JOSÉ ARMANDO VICENTE RAMOS LOPES, CARLOS MANUEL DUARTE DA ASSUNÇÃO E MARIA SOFIA TIAGO MARIINS.---

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, verificando que havia *quorum* declarou aberta a sessão.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL informou o Plenário de que a acta nº 9 da sessão extraordinária V/2010, de 29 de Novembro ficara pronta posteriormente ao envio da documentação para esta sessão, razão pela qual não fora remetida e só seria apreciada e votada na próxima sessão.-----

**Leitura do expediente:** Nos termos do estatuído na alínea n) do nº 1 do artigo 46º-A da [Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro]: Lei das Autarquias Locais, (LAL), em conjugação com a alínea b) do nº2 do artigo 18º do Regimento da Assembleia Municipal de Monchique, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL deu conhecimento aos membros da correspondência dirigida, quer à Assembleia quer ao seu Presidente:-----

Registo nº	Ref. doc	Data do doc	Origem	Assunto
112	-	03-12-2010	José Manuel da Silva Furtado	Justifica falta à reunião da Assembleia Municipal, de 29 de Novembro de 2010.
113	-	14-12-2010	Humberto Fernandes Sérgio	Justifica falta à reunião da Assembleia Municipal, de 29 de Novembro de 2010.
114	-	15-12-2010	Ângela Cristina Duarte Barroso dos Reis	Justifica falta à reunião da Assembleia Municipal, de 27 de Dezembro de 2010.
115	-	16-12-2010	António José da Conceição Pedro Rodrigues Páscoa	Justifica falta à reunião da Assembleia Municipal, de 27 de Dezembro de 2010.
116	-	18-12-2010	José Alves Francisco	Manifesta indisponibilidade para estar presente na sessão da Assembleia Municipal, de 27 de Dezembro de 2010.
117	5356	09-12-2010	Câmara Municipal de Monchique	Solicita agendamento de assuntos na OT da sessão da Assembleia Municipal.
118	210	6-12-2010	Sindicato dos Trabalhadores Comércio Escritórios e Serviços de Portugal	Informa sobre a regulamentação do Horário de Funcionamento de Bens e Serviços.
119	5559	21-12-2010	Câmara Municipal de Monchique Diversas entidades	Envia documentação a ser presente à sessão da Assembleia Municipal. Cartões de boas festas

**Justificação de faltas.** Foram presentes: carta do membro JOSÉ MANUEL DA SILVA FURTADO, sem referência, de 3 de Dezembro de 2010, registada com o nº 112, com justificação para a falta à reunião da Assembleia Municipal de

29 de Novembro de 2010; carta do membro HUMBERTO FERNANDES SÉRIO, sem referência, de 14 de Dezembro de 2010, registada com o n.º 113, com justificação para a falta à reunião da Assembleia Municipal de 29 de Novembro de 2010; carta do membro ÂNGELA CRISTINA DUARTE BARROSO DOS REIS, sem referência, de 15 de Dezembro de 2010, registada com o n.º 114, com justificação para a falta à reunião da Assembleia Municipal de 27 de Dezembro de 2010, e o correspondente pedido de substituição pelo membro seguinte na lista do PS à Assembleia Municipal; carta do membro ANTONIO JOSÉ DA CONCEIÇÃO PEDRO RODRIGUES PÁSCOA, sem referência, de 16 de Dezembro de 2010, registada com o n.º 115, com justificação para a falta à reunião da Assembleia Municipal de 27 de Dezembro de 2010, e o correspondente pedido de substituição pelo membro seguinte na lista do PS à Assembleia Municipal. A Mesa, nos termos das competências que lhe são cometidas pela alínea j) do n.º 1 do artigo 46º-A da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, considerou justificadas as faltas daqueles deputados municipais.----

**Período de intervenção do público,** (art.º 20º do Regimento da Assembleia Municipal de Monchique): Inscreveram-se para falar os cidadãos ANTONIO JOSÉ SANTOS, residente em Quinta Velha, Marmeleite, para reportar-se ao assunto: ‘**Actos de gestão do município de Monchique. Conta de gerência do ano de 2006, recusada pelo Tribunal de Contas no ano de 2010**’, e RUI PATRÍCIO DOS RAMOS ANDREZ, residente em Rua Calouste Gulbenkian, lote 1, em Monchique, para reportar-se ao assunto: ‘**Efectuar, enquanto cidadão, um pedido de reflexão a todos os deputados municipais sobre actos inerentes à gestão do Município e às funções de deputado**’ -----

Os documentos com as inscrições dos cidadãos ficam apensos à acta passando a constituir respectivamente os [anexo VI/2 (2010)] e [anexo VI/3 (2010)].-----

Por relevante para entendimento do contexto das intervenções informa-se que ambos os munícipes eram vereadores da Câmara Municipal de Monchique, eleitos pelo PSD, durante o mandato 2005/2009.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL leu aos requerentes o articulado do Regimento da Assembleia Municipal relativo às intervenções de público, referindo especialmente a necessidade de os assuntos a tratar serem enquadráveis no âmbito das competências do órgão deliberativo. Seguidamente deu a palavra ao cidadão ANTONIO JOSÉ SANTOS.-----

No uso da palavra o cidadão ANTONIO JOSÉ SANTOS apresentou o relatório do Tribunal de Contas nº 5/2010 relativo ao processo nº 3008/2006, dizendo achar dever dá-lo a conhecer à Assembleia Municipal. Disse tratar-se da Conta de Gerência da Câmara Municipal de Monchique de 2006, reprovada por aquele organismo, denunciada, na altura, pela sua bancada, o que deu origem a ter sido humilhado bem como o seu companheiro. Como resultado disto a autarquia iria ser obrigada a pagar a quantia de €4 753 de emolumentos e, os responsáveis infractores já tinham liquidado as respectivas coimas, por situações relatadas de entrega de subsídios sem aprovação do órgão e utilização de dinheiro destinado a obras para fim diverso, e outras. Para terminar solicitou permissão para distribuir cópia do documento pelos membros do Plenário ou para deixar cópias na Mesa para quem quisesse -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL disse ao cidadão para deixar os exemplares na Mesa para que, quem quisesse, se servisse -----

Seguidamente deu a palavra ao cidadão RUI PATRÍCIO DOS RAMOS ANDREZ.--

Falou o cidadão RUI PATRÍCIO DOS RAMOS ANDREZ pedindo que os membros da Assembleia Municipal e principalmente o seu PRESIDENTE, reflectissem sobre o facto que acabara de ser apresentado pelo cidadão ANTONIO JOSÉ SANTOS e as suas consequências. Comentou ter sido a primeira vez que uma Conta de Gerência da Câmara não fora homologada, graças a diversas insistências durante a condução deste processo, sendo provável que tivesse havido outras contas passíveis também de reprovação que, por falta dessa insistência, ficaram impunes. O facto de esta decisão só se ter produzido anos depois dos actos que reporta, após um acto eleitoral, tornava-a politicamente inócua para os responsáveis, mas a demora na sua publicação fizera com que só agora se tivesse apresentado a oportunidade de trazê-la, por achar que devia essa satisfação à Assembleia Municipal que considerava não ter cumprido correctamente a sua competência de fiscalização, onde algumas vezes se disse estar tudo bem para se verificar agora que não era assim. Este relatório deveria servir de exemplo do que teria de ser evitado no futuro.-----

Terminadas estas intervenções deu-se entrada ao **Período de Antes da Ordem do Dia.**-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL inquiriu os presentes por intervenções que eventualmente quisessem fazer -----

Sendo 21:30, hora limite para o registo de assiduidade dos membros é o seguinte o quadro de presenças nesta reunião:-----

-----**Presenças:**-----

<b>Força política</b>	<b>Nome</b>
PS	FERNANDO REIS LUÍS
PS	JOSÉ MANUEL DA SILVA FURTADO
PSD	FERNANDO ANTÓNIO ANDREZ VÁRZEA
PS	MARIA DA GRAÇA MOREIRA DA SILVA MIRA
PSD	CATARINA MARIA NUNES CHULA
PS	CARLOS BRUNO CORREIA DE ALMEIDA
PSD	STEPHEN JOHN HUGMAN
PS	MARIA DA CONCEIÇÃO ALVES SILVA DA CRUZ MIRA (em substituição de ANTÓNIO JOSÉ DA CONCEIÇÃO PEDRO RODRIGUES PÁSCOA)
PSD	HUMBERTO FERNANDES SÉRIO
PS	ANTÓNIO SILVESTRE DA SILVA NUNES
PSD	JOSÉ ARMANDO VICENTE RAMOS LOPES
PS	ARSÉNIO MANUEL MARQUES VEIGA MEDRONHO
PSD	CARLOS MANUEL DUARTE DA ASSUNÇÃO
PS - Pres. Junta de Freguesia de Alferce	HUMBERTO MARQUES VARELA
PSD - Pres. Junta de Freguesia de Marmeleite	MARTA SOFIA TIAGO MARTINS
PS - Pres. Junta de Freguesia de Monchique	ANA PAULA GERVÁSIO PENTEADO DE ALMEIDA

Faltas:-----

<b>Força política</b>	<b>Nome</b>	<b>documento justificativo</b>
PSD	JOÃO MANUEL MALVEIRO AMADO	Não apresentou
PS	ANTÓNIO JOSÉ DA CONCEIÇÃO PEDRO RODRIGUES PÁSCOA	Apresentou solicitando substituição

PS	ÂNGELA CRISTINA DUARTE BARROSO DOS REIS	Apresentou solicitando substituição
PS	JOÃO HUMBERTO SEQUEIRA POUCOCHINHO (convocado em substituição de ÂNGELA CRISTINA DUARTE BARROSO DOS REIS)	Não apresentou

Falou o membro JOSÉ MANUEL FURIADO para dar conhecimento ao Plenário da realização, em 23 de Setembro pp, de uma reunião do Conselho da Comunidade ACES Algarve II Barlavento no qual representava Monchique como membro efectivo da Assembleia Municipal. Na dita reunião, para além da tomada de posse dos seus órgãos que ocupou a maior parte do seu tempo foram abordadas perspectivas do Agrupamento donde ressaltaram o facto estatístico de Monchique ser um dos concelhos com maior rácio médico/habitante e de também não ser servido pela Rede de Cuidados Continuados dentro da área do ACES. Sobre isto pensava que o PRESIDENTE DA CÂMARA estaria mais bem posicionado para falar. Seguidamente fez entrega de uma cópia da acta da reunião referida. O documento fica apenso à acta passando a constituir o [anexo VI/4 (2010)].-----

Falou o PRESIDENTE DA CÂMARA dizendo, sobre o assunto da Rede de Cuidados Continuados, que estava em curso um processo da Associação Algarvia para o Desenvolvimento Social, com projectos de especialidades já aprovados, que esbarrava, de momento, no problema de o terreno destinado à obra, vendido pela autarquia por preço simbólico, ter uma inclinação considerável e conter sobreiros e pedras.-----

O membro CONCEIÇÃO CRUZ perguntou ao PRESIDENTE DA CÂMARA qual o número de camas que a unidade iria albergar, que tipo de cuidados seriam nela prestados e se o Município fizera algum acordo para ficar com algumas camas para si.-----

Respondeu o PRESIDENTE DA CÂMARA dizendo serem 30 as camas programadas, sem hipótese de aumento, para prestar cuidados de longa duração, e qualquer iniciativa do Município para o mesmo fim estaria fora do âmbito de gestão nacional da Rede de Cuidados Continuados. Complementou a informação dizendo que o investimento era integralmente privado, sendo que a autarquia colaborara pela já citada venda simbólica do terreno e pelo apoio técnico prestado.-----

ry

O membro CARLOS ALMEIDA manifestou a intenção de fazer entrega de uma moção com o título: **“Onde está o serviço público da EDP, SA? Estamos a ficar às escuras... Será possível?”**-----

Seguidamente o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL pôs à votação a aceitação desta moção tendo-se verificado a sua ADMISSÃO por UNANIMIDADE.-----

O documento correspondente fica apenso à acta passando a constituir o [anexo VI/5 (2010)] às actas.-----

De seguida o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL leu a moção após o que inquiriu o Plenário por intervenções relativas ao seu tema.-----

Falou o membro CARLOS ALMEIDA, complementando o teor da moção dizendo que apesar das diversas insistências junto do Executivo Municipal relativamente a este assunto, verificava-se a cada dia a extinção de cada vez mais pontos de iluminação. Depois perguntou se os membros do Grupo Municipal do PSD estavam interessados em subscrever a moção.-----

O membro FERNANDO VÁRZEA manifestou, em nome do Grupo Municipal do PSD, a intenção de subscrever a moção.-----

O PRESIDENTE DA CÂMARA disse que, conquanto estivesse de acordo com o teor do documento em apreço, tinha a informar que a Câmara Municipal envidara todos os esforços junto dos responsáveis da EDP. Os inúmeros ofícios com o levantamento exaustivo e constantemente actualizado das situações solicitando a resolução dos problemas, a requisição da presença de um responsável daquela empresa numa reunião da AMAL – pois o problema não era exclusivo de Monchique, - e, mais grave ainda, o facto de a EDP ter dado como resolvidas situações que não o foram, eram esclarecedoras. Sugeria por isso que se acrescentasse ao texto da moção a menção aos esforços do Executivo.-----

O membro CARLOS ALMEIDA retorquiu que essa circunstância era implícita no texto.-----

Seguidamente o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL colocou à votação a moção: **“Onde está o serviço público da EDP, SA? Estamos a ficar às escuras... Será possível?”** verificando-se a sua APROVAÇÃO por UNANIMIDADE.-----

Falou o membro FERNANDO VÁRZEA, dizendo que as anteriores intervenções dos cidadãos que não detinham cargos políticos actualmente, prestavam uma informação oficiosa. Todavia a sua pessoa já abordara esse assunto

anteriormente no Plenário tendo-lhe sido alegado pelo PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL que não se justificava o agendamento do debate do tema por tratar-se de um documento de que não se sabia se era definitivo ou provisório. Insistia agora para que o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL encarasse a viabilidade e oportunidade do seu agendamento -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL manifestou a sua estranheza pelo facto de o cidadão ANTÓNIO JOSÉ SANTOS ter anexado um documento capeado pela Câmara Municipal de Monchique numa altura em que não tem qualquer relação com aquele órgão. A representação do órgão executivo no deliberativo é feita exclusivamente pelo seu PRESIDENTE.-----

Falou o PRESIDENTE DA CÂMARA dizendo não ter fornecido qualquer cópia do documento mas não vendo mal que o cidadão, que foi vereador da Câmara Municipal de Monchique durante quatro anos, tendo recebido o seu original tivesse preparado uma capa com a referência à Câmara Municipal.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL disse considerar tal acto como um abuso de confiança. Depois em resposta à intervenção do membro FERNANDO VÁRZEA disse que o processo ainda não estava concluído -----

O cidadão ANTÓNIO JOSÉ SANTOS replicou dizendo que se encontrava a decisão final na última página do documento mas o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL retirou-lhe a palavra.-----

Falou o membro FERNANDO VÁRZEA dizendo concordar com a chamada de atenção do PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL para a questão da capa do processo. Contudo, a informação de o processo se encontrar concluso, tornava atinente a sua intervenção anterior relativa ao agendamento do debate deste assunto.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL disse que a oportunidade de informação que o justificasse ditaria o agendamento do debate do tema.-----

Falou o membro ANTÓNIO SILVESTRE dizendo que fora esse o teor da deliberação tomada na sessão de 25 de Junho de 2010, tendo ficado em aberto a hipótese de agendamento do assunto em apreço -----

Falou o membro CARLOS ALMEIDA dizendo lamentar que dois cidadãos que tiveram responsabilidades políticas concelhias tivessem vindo usar a Assembleia Municipal para fazer '*show off*', pois não lhes trazia qualquer vantagem política e porque o Órgão Deliberativo já tinha conhecimento daquele relatório do Tribunal de Contas e deixara em aberto a hipótese do seu debate. Retinha das intervenções a recomendação do exemplo para evitar

erros no futuro que considerava endereçar-se apropriadamente ao executivo actual -----

Terminadas as intervenções relativas a este ponto e antes de dar entrada ao Período da Ordem do Dia, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL explicou ao Plenário que o seu agendamento dos assuntos da Ordem de Trabalhos seguira o critério sugerido pela Câmara Municipal mas apercebera-se posteriormente que os pontos nºs 2 e 3 eram dependentes do ponto nº 4 que, dessa forma, necessitava ser debatido e aprovado antes para substanciar o pressuposto sobre o qual aqueles se baseavam. Nesta conformidade teria de ser alterada a ordem para se poder prosseguir os trabalhos passando o ponto nº 4 para nº 2 e corrigindo a sequência. Solicitou assim que o Plenário se pronunciasse sobre este procedimento -----

O membro CARLOS ALMEIDA, em nome da bancada do PS, manifestou não ter objecções ao proposto.-----

Falou o PRESIDENTE DA CÂMARA dizendo que o Órgão Deliberativo tinha de se pronunciar apenas sobre a fixação do número máximo de unidades orgânicas pelo que não entendia a relação directa entre uma deliberação e outra tendo em conta que a proposta de reorganização não alterava na substância a existente.-----

Retorquiou o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL dizendo entender que esta estrutura nova proposta deveria ter sido atempadamente debatida, para evitar a controvérsia e mal entendido que se estava a gerar.-----

Falou o membro ANTONIO SILVESTRE, dizendo que o artº 6º do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de Outubro, (Regime Jurídico da Organização dos Serviços das Autarquias Locais) era categórico quanto à competência do Órgão deliberativo da mesma forma que o seu artigo 19º era também categórico quanto ao prazo para esta proposta ser apresentada e debatida, razão pela qual se impunha agora a sua primazia na ordem de trabalhos.-----

O membro JOSÉ ARMANDO RAMOS solicitou esclarecimentos sobre as implicações financeiras que tinha a reorganização dos serviços agora proposta.-----

O membro CARLOS ALMEIDA respondeu que os documentos de gestão para debater nesta sessão reportavam-se, não só financeira mas também organizacionalmente, à nova estrutura ainda não aprovada, isto é: sobre um pressuposto da validade desta. A leitura dos documentos remetia a secções que ainda não existiam -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA retorquiu que, em termos de orçamento, não havia alterações -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL disse que se o PRESIDENTE DA CÂMARA não reconhecesse que as havia não teria mencionado na proposta a revogação simultânea da estrutura orgânica vigente, criada em Janeiro de 2003. -----

Terminadas as intervenções, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL colocou à votação a sua proposta de alteração da Ordem de Trabalhos que foi APROVADA por UNANIMIDADE. -----

Assim o ponto 4 da Ordem do Dia desta sessão passa a ponto 2, ficando os seguintes com numeração sequente. -----

Seguidamente deu-se entrada ao **Período da Ordem do Dia.** -----

**Um: Apreciação de uma informação escrita do PRESIDENTE DA CÂMARA acerca da actividade do município bem como da situação financeira do mesmo;** -----

Após a introdução deste ponto cujo documento passa a constituir o [anexo VI/6 (2010)] às actas, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL deu a palavra ao PRESIDENTE DA CÂMARA para este, querendo, complementar oralmente a informação escrita. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA informou que o documento integrava uma resenha escrita dos assuntos tratados nas reuniões do Órgão executivo que, no caso em apreço, e relativamente à Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL), duplicava desnecessariamente uma informação, circunstância que se tentaria corrigir futuramente. -----

Seguidamente o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL deu a palavra ao Plenário. -----

Falou o membro CARLOS ALMEIDA começando por reportar-se às actas da AMAL comentando que estas não referiam a dívida da Câmara de Monchique, a maior entre os municípios algarvios, sendo levado a pensar que isto talvez se devesse ao facto de o presidente daquela entidade ser simultaneamente presidente da autarquia de Faro, segunda ou terceira na lista de devedores, e não se lhe adequar tanto fazer lembrar isso agora como quando era edil de Tavira. Seguidamente perguntou qual a razão para não vir um relatório sobre a Feira dos Presuntos realizada em Setembro pp, já que se supunha que a informação em apreço devesse abranger esse período. Nessa conformidade

solicitava que o PRESIDENTE DA CÂMARA fornecesse o relatório quando possível.-----

O membro ANTÓNIO SILVESTRE fez a intervenção que se transcreve: *'No final de Junho, a Assembleia Municipal deu parecer favorável à abertura de diversos concursos para recrutamento de pessoal, situação que, na altura, foi assumida como pertinente e muito urgente. [\\]O certo é que, até à presente data, o Executivo ainda não conseguiu concretizar tais contratações, o que, em nosso entender, é revelador de incapacidade e de pouca competência por parte do actual Executivo. [\\] Desde sempre, os eleitos pelo Partido Socialista, tanto os membros da Assembleia Municipal, como os Vereadores, assumiram uma posição pró-activa nesta matéria, criticando construtivamente, fazendo sugestões e situando-se sempre do lado da solução e não do problema. [\\]Os avisos dos concursos foram publicados só em Agosto. [\\]Seguiu-se uma estranha dança de cadeiras no que respeita à composição dos júris. [\\]Tempos depois "descobriram" que tinham sido ultrapassados diversos prazos legais e não tiveram outro remédio senão anular os concursos de Agosto e proceder a novas publicações. [\\]Tudo isto implicou que ainda estejamos nesta fase já que três avisos foram publicados no final de Novembro e um no início de Dezembro. [\\]Perderam-se assim, ingloriamente, pelo menos seis meses. [\\]Toda esta salganhada é, a nosso ver, repete-se, demonstradora de incapacidade e de incompetência deste Executivo Para além dos prejuízos pessoais e profissionais de variadas pessoas, acarretou prejuízo directo ao erário público que, tendo em conta os actuais preços das publicações no Diário da República, não serão certamente, inferiores a 7 ou 8 mil euros.'*-----

Falou o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL dizendo que imediatamente à tomada de posse dos órgãos autárquicos, e por haver até um compromisso do anterior edil para que o gabinete anexo ao salão fosse destinado à Assembleia Municipal, falara com o PRESIDENTE DA CÂMARA para indagar sobre a disponibilização de tal espaço e ele respondeu que as obras no edifício impossibilitavam, para já, a satisfação do pedido, o que lhe parecera aceitável porque na altura o edifício efectivamente não estava dotado das condições. Passado agora mais de um ano sem terem sido satisfeitas as reivindicações nem terem sido dadas quaisquer outras explicações, voltava a perguntar, no lugar certo, que era o Plenário do Órgão Deliberativo, qual o espaço para a instalação da Mesa da Assembleia Municipal, quando é que

seria disponibilizado e se já tinham sido adquiridos alguns equipamentos para dotá-lo.-----

Respondeu o PRESIDENTE DA CÂMARA dizendo ser defensor da dignidade da Assembleia como órgão integrante do Município tal como a Câmara, e na sua qualidade de ex-membro do Órgão deliberativo, sempre reivindicara isso ao anterior Executivo. Sucedia porém que as obras ainda não estavam completas pois só na semana transacta chegara algum do mobiliário encomendado e faltava ainda a instalação do ar condicionado; as próprias reuniões de Câmara estiveram condicionadas pelo arranjo dos espaços. Todavia o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL tinha ao seu dispor o salão para tratar do despacho, enquanto não estivesse disponível outro espaço. Por seu lado o critério do PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL é que ditaria a necessidade de adquirir o que possa fazer falta em termos de equipamento ou mobiliário. Em resposta à intervenção do membro ANTÓNIO SILVESTRE disse que os procedimentos de concursos tinham tido diversos problemas entre os quais o erro, fortuito ou não, de um colaborador que alterara as composições de júris, em desconformidade com o aprovado em reunião de Câmara, o que implicou a sua correcção embora já se encontrem em andamento, com provas marcadas para os candidatos. Dirigiu-se depois ao membro CARLOS ALMEIDA dizendo que iria trazer à Assembleia a informação sobre a dívida da Câmara de Monchique à AMAL que, não obstante o Executivo esforçar-se em ir liquidando, era a maior de todas, por o seu antecessor ter deixado de pagar quotas, sem falar de fornecimentos ainda não liquidados -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL disse não considerar justa a quotização fixa do município de Monchique para a AMAL, igual à de municípios maiores e com superior expressão orçamental, que também, por via dos rácios relativos à população, recolham benefícios maiores que os de Monchique. Sugeriu assim que o PRESIDENTE DA CÂMARA e os representantes dos municípios mais pequenos, reivindicassem uma proporcionalidade justa nos contributos para a associação.-----

O membro ANTÓNIO SILVESTRE disse que a resposta do PRESIDENTE DA CÂMARA à sua intervenção resumira a um erro de um colaborador na atribuição dos júris a explicação para os atrasos nos concursos de pessoal mas efectivamente tinham sido ultrapassados vários prazos que obrigaram a anular os procedimentos.-----

O PRESIDENTE DA CÂMARA disse, em resposta à intervenção do PRESIDENTE

DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL que a sugestão de pedir a proporcionalidade nas quotizações para a AMAL seria apresentada. Seguidamente deu a palavra à Vereadora ARMINDA ANDREZ.-----

A Vereadora ARMINDA ANDREZ reportou-se aos concursos de pessoal dizendo que a composição dos seus júris fora uma das razões, entre outras, tais como o facto de as actas não terem sido redigidas antes da publicação dos avisos, que provocou ultrapassagem de prazos que por sua vez deu azo à anulação dos concursos.-----

Falou o membro PAULA GERVÁSIO, Presidente da Junta de Freguesia de Monchique referindo o facto de mais uma vez se estar a culpabilizar um colaborador da autarquia por algo que correu mal o que, porém, a intervenção da Vereadora ARMINDA ANDREZ mostrou não ter sido a única razão. Prosseguiu dizendo aperceber-se de condicionamentos à liberdade de expressão no respeitante à parte da informação correspondente à Rede Viária e Trânsito. Disse também que, como responsável da Junta de Freguesia de Monchique, enviara a sua colaboração para a edição de Novembro da Agenda municipal, mencionada na informação, mas tal edição não foi publicada, nem lhe foi comunicado o facto.-----

Falou o membro CARLOS ALMEIDA perguntando se a limitação imposta pelo Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC II) à admissão de pessoal, invocada para o carácter de urgência com que tinham sido aprovados os concursos de pessoal na Assembleia Municipal se mantinha ainda.-----

O PRESIDENTE DA CÂMARA, começando por comentar a intervenção da PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE MONCHIQUE, retorquiu que não mencionara o nome de qualquer colaborador e que também não dissera que a causa do problema era só uma pois de si podiam esperar era que defendesse sempre os colaboradores da autarquia. A questão do condicionamento da liberdade de expressão também não era bem ajuizada porquanto o dirigente daquela divisão fizera considerações marginais sobre o que entendeu, contrariando indicações do PRESIDENTE DA CÂMARA, e ainda assim a informação foi apresentada ao Plenário; não fora uma circunstância elegante ou que lhe tivesse agradado mas deixava-a à interpretação de quem quisesse. Por seu lado a Agenda de Novembro não chegou a ser publicada por questões que também tiveram a ver com as férias da colaboradora encarregada.-----

A Vereadora ARMINDA ANDREZ respondeu ao membro CARLOS ALMEIDA que a leitura do Orçamento de Estado não deixava transparecer qualquer impedimento à contratação de pessoal.-----

Terminadas as intervenções relativas a este ponto o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL deu-o por encerrado e deu entrada ao seguinte da Ordem de Trabalhos.-----

**Dois: Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Monchique para a reorganização dos Serviços Municipais.-----**

Após a introdução deste ponto cujo documento passa a constituir o [Anexo VI/7 (2010)] às actas, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL leu a proposta ao Plenário após o que deu a palavra ao PRESIDENTE DA CÂMARA para este complementar a proposta.-----

O PRESIDENTE DA CÂMARA começou por ler um parecer jurídico solicitado aos serviços da autarquia que, disse, enquadrava devidamente a proposta, e que se transcreve, na íntegra:-----

*“O novo regime jurídico da organização dos serviços das autarquias locais, criado pelo Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, permite aos Municípios implementar um novo modelo assente numa estrutura orgânica, aumentando a eficácia e eficiência das autarquias para com as populações.[\] As estruturas autárquicas podem agora optar, entre os modelos de organização interna dos serviços municipais, por um de três modelos: modelo de estrutura hierarquizada, modelo estrutural matricial ou modelo estrutural misto. Refira-se que a nova organização dos Serviços Municipais veio substituir a anterior que, nos últimos anos, se revelava desajustada às necessidades dos municípios na prossecução das respectivas atribuições.[\] Estabelece o regime que no caso de se optar por uma estrutura hierarquizada deverá igualmente definir-se se é constituída por uma unidade orgânica nuclear ou uma unidade orgânica flexível.[\] Sendo que a estrutura nuclear dos serviços é composta por direcções ou por departamentos municipais, a qual corresponde sempre a uma departamentalização fixa.[\] A estrutura flexível é composta por unidades orgânicas flexíveis dirigidas por um chefe de divisão municipal. Dentro das unidades orgânicas referidas e quando estejam em causa, predominantemente, funções de natureza executiva podem ainda ser criadas subunidades orgânicas coordenadas por um coordenador técnico.[\] A estrutura matricial é adoptada sempre que as áreas operativas dos serviços*

se possam desenvolver, essencialmente, por projectos, devendo agrupar-se por núcleos de competências ou de produtos bem identificados visando assegurar a constituição de equipas multidisciplinares com base na mobilidade funcional. [\\]Para além das estruturas referidas podem ainda ser formadas equipas de projecto, no âmbito da estrutura hierarquizada. Estas equipas têm como objectivo o desenvolvimento de um projecto específico. [\\]O Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, que surge na sequência da autorização legislativa concedida ao Governo pela Lei n.º 86/2009, de 28 de Agosto, o qual veio estabelecer o novo regime jurídico da organização dos serviços das autarquias locais, aplicando-se aos serviços da administração autárquica dos municípios e das freguesias – artigos 1.º e 2.º. Com a sua entrada em vigor, ficou revogado o Decreto-Lei n.º 116/84, de 6 de Abril (alterado pela Lei n.º 44/85, de 13 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 198/91, de 29 de Maio, pela Lei n.º 96/99, de 17 de Junho, e pela Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro), que continha o regime de organização dos serviços municipais em vigor até àquele momento – artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 305/2009. [\\]O art.º 19.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, determina que os Municípios devem promover a revisão dos seus serviços de 31 de Dezembro de 2010. [\\]Análise [\\]O que existia na organização de serviços até à entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23/10, era o Decreto-lei 116/84, de 6 de Abril. [\\]Há, pois, uma obrigatoriedade de realizar uma organização dos serviços municipais por resultado de imposição legal que se traduz numa alteração do paradigma organizacional pré-existente. [\\]Até ao momento da entrada em vigor do regime ora em análise, o único modelo organizacional admissível era o da estrutura hierarquizada. No novo modelo pode optar-se por um de três modelos distintos: estrutura matricial, estrutura hierarquizada e estrutura mista. [\\]A quebra no novo paradigma a adoptar, necessariamente até final do presente ano, reflecte-se, até mesmo, na competência para a sua aprovação. Melhor explicando, anteriormente a organização dos serviços da Câmara Municipal era conferida à Assembleia Municipal, mediante proposta da Câmara Municipal. [\\]Nos termos da nova disciplina jurídica compete à Câmara Municipal definir a moldura organizacional para, posteriormente, a submeter à Assembleia Municipal. [\\]Nestes termos a Assembleia Municipal já não tem competência que anteriormente detinha para aprovar a totalidade das unidades orgânicas que constituíam a organização dos serviços. [\\]Nos

actuais termos é competência da Assembleia Municipal definir o número máximo de unidades orgânicas. [\\]Seguidamente caberá à Câmara Municipal a competência para criar, nos limites estabelecidos pela Assembleia Municipal, as referidas unidades orgânicas e o PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL tem competências, próprias, para definir e propor à Câmara Municipal a ocupação ou não dos lugares que integram as unidades orgânicas.[\\]Isto significa que o que anteriormente era definido pelo órgão deliberativo, agora, limita-se à definição do número máximo de unidades orgânicas.[\\]A Câmara Municipal definirá os lugares necessários e o PRESIDENTE DA CÂMARA definirá a ocupação dos lugares.[\\]No que concerne, propriamente, ao número de unidades orgânicas e de subunidades proposto este resultará da análise feita pelo Sr. Presidente, ponderando a missão do Município que dirige, nomeadamente, o destino que pretende ver seguido pelos trabalhadores da Câmara Municipal. A estrutura pela qual deve optar será da sua responsabilidade olhando para a moldura organizacional existente até ao momento, olhando para os encargos a suportar (os quais podem aumentar ou diminuir consoante as opções tomadas) [\\]Assim, resulta do regime subjacente à alteração à estrutura orgânica:[\\]Compete à Assembleia Municipal aprovar, nos termos da lei, a criação ou a reorganização dos serviços municipais em conformidade com a alínea n) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.[\\]Compete à Assembleia Municipal nos termos da alínea a) do art.º 6.º do Regime Jurídico da Organização dos Serviços das Autarquias Locais, adiante designado RJOSAL, aprovar o modelo de estrutura orgânica interno (hierárquica ou matricial conforme dispõe o n.º 1 e 2 do art.º 9.º do aludido diploma).[\\]Compete à Assembleia Municipal aprovar a estrutura nuclear, definindo as correspondentes unidades orgânicas nucleares (direcções municipais e departamento municipais) em conformidade com a alínea b) do art.º 9 n.º 2 do RJOSAL.[\\]O Município de Monchique não reúne as condições de admissibilidade previstas no n.º 2 do art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, 20 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho e pelo art.º 16 º do Decreto-lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, que permitem prever o cargo de director municipal na sua estrutura orgânica – pelo que essa hipótese será de afastar.[\\]A estrutura orgânica dos serviços municipais pode ainda prever cargos de direcção intermédia de 3.º grau ou inferior conforme dispõe o n.º 3 do art.º 2 º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de

20 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, com a redacção introduzida pelo art.º 16.º do RJOSAL, cuja área e requisitos de recrutamento, identificação dos níveis remuneratórios e competências são definidos no regulamento interno dos serviços pelo que do seu provimento não decorrerá necessariamente aumento de custos. [\\]Compete a Assembleia Municipal definir o número máximo de unidades orgânicas flexíveis (unidades orgânicas lideradas por dirigentes titulares de cargos de direcção intermédia de 2.º grau ou inferior), nos termos da alínea c) do art.º 9.º do RJOSAL, estando cometida a Câmara Municipal a competência para criar, dentro dos limites máximos fixados pela Assembleia Municipal, as aludidas unidades orgânicas flexíveis e definir as respectivas atribuições e competências, conforme dispõe a alínea a) do art.º 7.º do RJOSAL. [\\]Compete à Assembleia Municipal definir o número máximo total de subunidades orgânicas (serviços liderados por pessoal com funções de coordenação, designadamente coordenador técnico) nos termos das alíneas d) do art.º 9.º. [\\]Compete ao PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL a criação, a alteração e a extinção de subunidades orgânicas, dentro daquele limite, em conformidade com o disposto no art.º 8.º do RJOSAL. [\\]Quando seja exclusivamente adoptada a estrutura hierarquizada, e desde que se justifique, com vista ao aumento da flexibilidade e da eficácia na gestão, podem ser criadas, por deliberação fundamentada da Câmara Municipal, sem prejuízo do referido no ponto seguinte, sob proposta do respectivo Presidente, equipas de projecto temporárias e com objectivos especificados. [\\]Compete à Assembleia Municipal definir o número máximo de equipas multidisciplinares, bem como o estatuto remuneratório dos chefes de equipa. [\\]Compete a Assembleia Municipal nos termos da alínea f) do art.º 6.º do RJOSAL definir o número máximo de equipas de projecto [\\]Conclusões: [\\]Face aos considerandos enunciados, a Câmara Municipal de Monchique deve propor à Assembleia Municipal de Monchique o modelo organizacional entendido como apto para a Câmara Municipal de Monchique. [\\]O que significa que, nos termos aprovados pela Câmara Municipal na sua reunião de 21 de Dezembro de 2010, deve propor-se à Assembleia Municipal de Monchique deliberar favoravelmente à aprovação, em minuta, de [\\]Estrutura orgânica; [\\]Modelo de estrutura orgânica - Estrutura Hierarquizada; [\\]N.º máximo de unidades orgânicas flexíveis; [\\]

*N.º máximo de subunidades orgânicas;[\]N.º máximo de equipas de projecto.[\]Entrada em vigor: [\]A presente moldura organizacional entra em vigor no dia imediatamente a seguir à sua publicação no Diário da República nos termos do estatuído no n.º 6 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro [\]Revogação [\]Com a entrada em vigor da actual estrutura, fica revogada a estrutura e organização dos Serviços Municipais publicada pelo Aviso n.º 763/2003, no Diário da República, 2.ª série, n.º 26, Apêndice n.º 17, de 31 de Janeiro de 2003.[\]Propor a aprovação em minuta da presente decisão por forma a que a mesma cumpre o estatuído na lei sobre a data de entrada em vigor.[\]Este é o meu parecer salvo melhor e mais bem fundamentada opinião[\]Para decisão do Exmo. Sr. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,[\]A técnica, '-----*

O PRESIDENTE DA CÂMARA prosseguiu a sua intervenção dizendo que o modelo encontrava-se praticamente definido, contemplando cinco unidades orgânicas pela classificação dos Armazéns Municipais como uma nova unidade, e dez subunidades - equivalentes às secções existentes actualmente, - que não iriam alterar substancialmente a estrutura em curso e longe ainda do parâmetro máximo de seis unidades agora submetido à Assembleia Municipal. A proposta definitiva seria presente em 30 de Dezembro pf, a reunião extraordinária do órgão executivo.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL disse que as propostas a serem presentes ao Órgão deliberativo deveriam vir sempre acompanhadas da documentação auxiliar que as suporta, de forma a permitir a análise de todos os dados aos membros da Assembleia Municipal.-----

O PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu que, no caso em apreço, as questões de prazos úteis tinham condicionado a não anexação do parecer.-----

Falou o membro CARLOS ALMEIDA dizendo que a explicação do PRESIDENTE DA CÂMARA é que tinha esclarecido algumas dúvidas que a leitura da proposta comportava por ser tão sucinta. Já que a Assembleia Municipal tinha de deliberar sobre o limite de unidades deveria ao menos ser informada do que justificava as que constavam da proposta que, de acordo com o espírito do decreto-lei já mencionado, devia promover factores de economia e de agilização de serviços que a reorganização comportaria. Nesse princípio reiterava que esta proposta já deveria ter sido presente há mais tempo à Assembleia Municipal.-----

O membro JOSÉ MANUEL FURTADO usou da palavra tendo corroborado a intervenção anterior.-----

Falou o membro ANTÓNIO SILVESTRE dizendo que em vez de argumentação política para justificar esta proposta forneceu-se o enquadramento jurídico, que eventualmente teria sido mais dispensável do que o outro, pese embora a sua necessidade.-----

O PRESIDENTE DA CÂMARA disse ainda que a proposta preconizava a existência de duas equipas de projecto tendo em consideração a hipotética circunstância de a revisão do Plano Director Municipal ter de decorrer em simultâneo com algum dos diversos projectos relacionados com a Área Social do município e seus parceiros. Numa estrutura com a dimensão da Câmara de Monchique onde, na prática, as equipas já existem, significava genericamente a formalização de uma determinação legislativa.-----

Terminadas as intervenções relativas a este ponto o membro CARLOS ALMEIDA solicitou a interrupção da sessão para que a bancada do PS pudesse deliberar sobre o assunto em debate.-----

Seguidamente o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL declarou a interrupção dos trabalhos.-----

No recomeço dos trabalhos o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL colocou à votação a **proposta da Câmara Municipal de Monchique para a reorganização dos Serviços Municipais**.-----

Contabilizados os votos verificou-se a APROVAÇÃO deste ponto, por MAIORIA, com o seguinte resultado:-----

FERNANDO REIS LUÍS	Absteve-se
JOSÉ MANUEL DA SILVA FURTADO	Absteve-se
MARIA DA GRAÇA MOREIRA DA SILVA MIRA	Absteve-se
CARLOS BRUNO CORREIA DE ALMEIDA	Absteve-se
MARIA DA CONCEIÇÃO ALVES SILVA DA CRUZ MIRA	Absteve-se
ANTÓNIO SILVESTRE DA SILVA NUNES	Absteve-se
ARSÉNIO MANUEL MARQUES VEIGA MEDRONHO	Absteve-se
HUMBERTO MARQUES VARELA	Absteve-se
ANA PAULA GERVÁSIO PENIEADO DE ALMEIDA	Absteve-se
FERNANDO ANTÓNIO ANDREZ VÁRZEA	Votou a favor

CATARINA MARIA NUNES CHULA	Votou a favor
STEPHEN JOHN HUGMAN	Votou a favor
HUMBERTO FERNANDES SÉRIO	Votou a favor
JOSÉ ARMANDO VICENTE RAMOS LOPES	Votou a favor
CARLOS MANUEL DUARTE DA ASSUNÇÃO	Votou a favor
MARTA SOFIA TIAGO MARTINS	Votou a favor

Votos a favor: **sete**; Abstenções: **nove**.-----

Não houve lugar a declarações de voto.-----

Seguidamente deu-se entrada ao ponto seguinte da Ordem do Dia.-----

**Três: Apreciação e votação das Grandes opções do Plano do Município de Monchique para o ano económico de 2011;**-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL sugeriu, a exemplo do que tem sido prática, a introdução imediata do ponto seguinte da Ordem de Trabalhos visto tratar-se de assuntos relacionados, para o debate decorrer simultaneamente e proceder-se depois a votações independentes.-----

Do Plenário ninguém levantou objecções ao método proposto pelo que se deu entrada também ao ponto:-----

**Quatro: Apreciação e votação da Proposta de Orçamento do Município de Monchique para o ano económico de 2011;**-----

Após a introdução destes pontos cujos documentos ficam apensos à acta passando a constituir respectivamente os [Anexo VI/8 (2010)] e [Anexo VI/9 (2010)], o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL leu as propostas após o que deu a palavra ao PRESIDENTE DA CÂMARA para este complementar as informações contidas nos documentos.-----

Falou o PRESIDENTE DA CÂMARA dizendo que a conjuntura económica nacional e internacional reflectia-se grandemente nos documentos em apreciação que eram de contenção. Uma das rubricas importantes do orçamento era a Área social, de que eram exemplos os apoios às construções dos centros de apoio social em Alferce e Marmeleite. Outros projectos com dotações pequenas apareciam essencialmente por se manter o interesse na sua realização ou porque, por terem sido objectos de candidaturas a fundos, estavam obrigados a figurarem nos documentos de gestão. Para as suas versões actuais a maior parte dos contributos surgidos tinham sido vertidos nos documentos depois de ouvidas as juntas de freguesia, o Grupo municipal do PSD na Assembleia Municipal e a vereação do PS. Considerava até que o

seu debate e preparação tinham gerado algum consenso em sede de Executivo.-----

Falou o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL reportando-se ao orçamento para o Órgão Deliberativo dizendo que, no ano em curso, tendo em consideração a situação de crise que se atravessa, não apresentara a sua proposta, pensando que se manteria igual. O que não considerava correcto era não ter sido avisado de que aquela verba iria ser reduzida em cerca de 35% relativamente ao ano transacto. Esperava agora que esses 35% tivessem o mesmo reflexo no orçamento do Executivo.-----

Respondeu o PRESIDENTE DA CÂMARA dizendo que uma das opções usadas fora a de dotar rubricas em função da despesa real efectuada no ano transacto e fora isso que sucedera quanto à Assembleia Municipal.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL retorquiu dizendo que, se consultado, teria concordado com a redução, achando contudo que não fora curial não ter sido ouvido previamente à alteração.-----

O PRESIDENTE DA CÂMARA solicitou escusas pelo facto.-----

O membro ANTÓNIO SILVESTRE fez a intervenção, que se transcreve: *‘Quero começar por saudar o facto de grande parte dos contributos apresentados pelos Vereadores do Partido Socialista terem sido aceites e integrados nas Opções do Plano para 2011, o merece ser realçado positivamente. [\\] Apesar disso, há diversas questões que considero relevantes e que devem ser suscitadas. [\\] Na introdução do documento afirma-se em diversos trechos a intenção de continuar o rumo traçado no início do mandato, assumindo politicamente que este Plano e Orçamento dá continuidade ao de 2010. [\\] Verifica-se, no entanto, que diversos projectos e acções foram pura e simplesmente abandonados, como por exemplo: [\\] - A implementação de acordos de geminação; [\\] - A construção do arquivo municipal; [\\] - A reparação/demolição de edifícios em risco para a saúde pública; [\\] - A construção da Secção do BVM em Marmeleite; [\\] - A Universidade dos Tempos Livres; [\\] - O apoio à USF no âmbito dos serviços individuais de saúde; [\\] - A construção do canil/gatil; [\\] - A elaboração do plano rodoviário; [\\] - A beneficiação do CM 1075 Ribeira das Canas/Castelo da Nave, só para citar alguns ... [\\] Há mesmo projectos considerados tão relevantes que até são destacados na introdução e que, depois, são omitidos nas GOP's, como é o caso do projecto “Monchique Solidário”. [\\] Na introdução também se assume atenção especial aos problemas sociais do*

concelho, particularmente no domínio da habitação, mas abandonou-se a intenção de aquisição de terrenos para fomento de auto-construção. [\\] No que respeita ao cemitério Municipal, apenas se prevê uma verba de € 35.500 para beneficiação/ampliação. No entanto, pelo anterior executivo, foi celebrado um contrato-promessa de compra e venda com a família Mascarenhas relativamente a um terreno anexo para ampliação do cemitério. Ao que julgo saber, foi pago, a título de sinal, o montante de € 52.500, correspondentes a 50% do valor da compra. Uma vez que não está orçamentada nenhuma verba para proceder ao pagamento dos restantes 50% logo que haja condições para celebrar o contrato definitivo, o Município corre o sério risco de perder o montante já dispendido a título de sinal, por não promover a escritura final em tempo útil. [\\] Do Plano constam diversas acções relativas ao Centro de Recursos de Protecção Civil, não se vislumbrando qualquer verba para intervenções de manutenção/reparação do actual CMA. Tendo em conta que a construção do novo Centro de Recursos de Protecção Civil consta de um plano plurianual, parece-nos que seria conveniente ter prevenido a necessidade de alguma intervenção no actual CMA, que mais não fosse com uma mínima para ter a rubrica aberta, o que possibilitaria que, em caso de necessidade, fosse reforçada numa mera alteração do Plano. Assim, será necessária uma revisão, que terá que vir à Assembleia Municipal. [\\] No plano para 2011 também já não consta a aquisição da parte restante do Convento de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> do Desterro. Tanto quanto julgo saber, a parte que falta adquirir corresponde apenas a uma tira de terreno e parte de uma construção, propriedade da família Rocharte, equivalentes a 1/7 da propriedade total. Não se percebe o porquê de deixar cair esta aquisição, pois assim nada lá pode ser feito, ou ao menos projectado, continuando a degradar-se cada vez mais. [\\] No âmbito da Cultura estão previstas verbas para aquisição de terrenos e construção do "Centro Cultural de Monchique", sendo que a aquisição tem uma dotação plurianual de € 150.000. Pergunto, então, porque é que não se aproveita o terreno do antigo Colégio de Santa Catarina para aí construir este Centro Cultural, poupando-se € 150.000? [\\] Por último, gostaria que o Sr. Presidente esclarecesse em que consistem os "Ginásios Bio-Saudáveis", cuja implementação se preconiza a par dos circuitos de manutenção. [\\] Para finalizar: [\\] No Mapa de pessoal anexo ao orçamento constam, como lugares em concurso, para além de outros, um lugar de Educador de Infância e 36

*lugares de Assistente Operacional Tanto quanto apurei, o aviso de abertura de concurso para Assistente Operacional apenas prevê 35 lugares e creio que, pelo menos à data de 27/12/2010, não tinha sido publicado nenhum concurso para Educador de Infância.*-----

Falou o membro JOSÉ ARMANDO RAMOS dizendo que o resultado das eleições autárquicas dera origem a que a Assembleia Municipal passasse a ter uma participação mais dinâmica na vida política, e por essa razão, com responsabilidades divididas com a Câmara Municipal. Os documentos de gestão em debate não representavam o que seria ideal mas tinham sido participados por um número considerável de autarcas, o que considerava ter sido positivo. Nesse sentido chamava a atenção para a citada responsabilidade da Assembleia Municipal no interesse da boa gestão do município.-----

Falou o membro CARLOS ALMEIDA para solicitar que o PRESIDENTE DA CÂMARA justificasse os seguintes valores de receita inscritos nos documentos: €1 600 000 de Imposto Municipal sobre Transacções Onerosas de Imóveis, tendo perguntado se estava a esperar algum milagre; €4 000 de Rendas das Habitações; €383 000 em Outros; €350 000 em Água, o que o levava a perguntar se esta iria ser aumentada; €3 000 000 de Vendas de Bens de Investimento e €3 000 000 de FEDER, FEADER e de Fundo de Coesão. Perguntou também como é que se pensava arrecadar receita sem que se tivesse um regulamento de taxas aprovado. Seguidamente reportou-se à Despesa dizendo achar exageradas as verbas de €130 000 para Prémios e Condecorações e €60 500 de Locação de Edifícios. Terminou perguntando se a verba remanescente da de €150 000 inscrita em Freguesias, que estimava em cerca de €93 000, após liquidação dos valores devidos pelos contratos-programa de delegação de competências com as freguesias de Alferce e Marmeleite recentemente aprovados neste órgão, serviria para fazer novos contratos-programa com aquelas e bem assim com a de Monchique.-----

Falou o membro CONCEIÇÃO CRUZ perguntando ao PRESIDENTE DA CÂMARA se o projecto de Lar em Marmeleite fora objecto de algum estudo para aferir da sua efectiva necessidade e qual o modelo organizacional em que seria constituído. Ter à disposição os dados de tal estudo, que podia ser realizado com base no voluntariado e na juventude, permitiria orientar o projecto para prover as reais carências da população e, eventualmente, poupar valores significativos. Terminou comentando achar exagerada a verba mensal de

€3 750 inscrita em despesa para a Loja Social, que era algo cujo funcionamento entendia com base em voluntariado, sem grandes expensas.--  
Falou o membro PAULA GERVÁSIO, Presidente da Junta de Freguesia de Monchique manifestando a sua preocupação com a degradação crescente das instalações da Escola Básica de Monchique (EB 2 3) começando pela cozinha, que já fora fiscalizada pela Autoridade para a Segurança Alimentar e Económica (ASAE) - e que só não fora encerrada pelo marcado empenho da sua directora que entendeu que o encerramento da cozinha equivaleria ao encerramento da escola,- passando pelas salas de aula com mais cimento à vista do que pavimentos, estores e janelas sem funcionalidade e a maior parte dos espaços sem nenhuma condições para professores e alunos, enquanto a população escolar do 1º ciclo de Monchique dispõe de condições excelentes Perguntava assim que planos havia para reabilitar o espaço, uma vez que as instalações daquele estabelecimento tinham passado para a responsabilidade da Câmara Municipal.-----

Seguidamente o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL colocou à consideração do Plenário a aceitação do prolongamento desta reunião, de forma a completar-se o debate de todos os pontos agendados na Ordem de Trabalhos.-----

O Plenário pronunciou-se favoravelmente a esta proposta, pelo que o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL determinou a continuação da reunião.-----

Falou o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL dizendo que, conquanto entendesse as justificações do PRESIDENTE DA CÂMARA ao referir a crise económica conjuntural como justificativa para a contenção geral de despesas, não entendia, de acordo com esse pressuposto, a razão para a dotação de €130 000 para Prémios e Condecorações quando no ano transacto tinham sido dotados €90 000; €60 500 para Locação de Edifícios quando tinham sido €5 500 no ano anterior; de €60 000 dotados anteriormente para Estudos, Pareceres, Projectos e Consultadoria passou-se a €95 400; Seminários e Exposições: de €500 passou-se a €164 500, diferença cuja justificação não concebia por tão acentuada; de €18 158 em publicidade passara-se para €25 000, o que, em contexto de crise, era estranho também; na designação Outros Serviços apareciam €190 000 quando antes estavam orçamentados €30 000; Instituições sem fins lucrativos: dos anteriores €50 000 tinha-se passado a €275 000; Investimentos incorpóreos: de €80 000 do ano passado a

€151 500 no ano em curso e Outros Investimentos: €238 000 contra €5 000 anteriores. Solicitava ser esclarecido da justificação para estas diferenças.---  
Falou o membro HUMBERTO SÉRIO para expor a sua leitura dos documentos de gestão em apreciação. Começou por referir o decréscimo de 10% na proposta do orçamento em relação a 2010 que passava de €19,2 milhões para €17,4 milhões, que acompanhava a tendência do Orçamento da Nação em circunstância de crise, devido isto em parte ao decréscimo na obtenção de valores de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMI) na ordem de €1,2 milhões. Verificava um esforço de acréscimo de cerca de 65% na Acção Social que esperava pudesse ser concretizado - pois isto tinha alguma lógica no contexto dos tempos conturbados que se vivia -, e um acréscimo de 100% para abastecimento e saneamento, que eram temas bastante caros às populações no âmbito da gestão municipal. Por fim saudava também a disponibilidade de verbas para projectos que considerava essenciais como fossem a Área de Acolhimento Empresarial, o Parque de Exposições e Feiras, o Centro Cultural e a Casa de Abate que, para além de servir o município, poderia servir a região envolvente também. -----

Falou o PRESIDENTE DA CÂMARA dizendo que a ponderação em face da situação de crise vivida ditara a eliminação de algumas rubricas. Deu como exemplos a Demolição de Edifícios que não constava mas seria possibilitada por outra rubrica, se necessário, e os Acordos de Geminação que não podiam ser considerados. Por sua vez, a construção da sede da secção de Marmeleira dos Bombeiros Voluntários de Monchique (BVM) embatia em problemas que se prendiam com dificuldades no relacionamento com o proprietário, não sendo imaginável avançar-se com o processo para já. À questão relativa à construção do Canil/Gatil respondeu estarem em curso negociações entre os municípios de Lagoa, Monchique, Portimão e Silves, para a criação de um intermunicipal, razão para não constar qualquer atribuição nos documentos em apreciação. Quanto à estrada da Ribeira das Canas disse que a parte a pagar pelo município de Monchique dentro do valor inscrito de financiamento era elevada demais para uma obra que não era estruturante e, como tal, não prioritária, razão para ser preterida. Comentou a esse propósito que Monchique precisava sim de uma ligação condigna à Via do Infante e tinha de começar a reivindicá-la congregando e concertando as forças do concelho. Prosseguiu dizendo que o projecto Monchique Solidário era um

conceito, com pontos de intersecção em todos os domínios da área social, razão para não lhe ter sido atribuída uma verba específica como no ano transacto. Falou depois de Habitação Social dizendo que a Câmara Municipal envidava esforços para iniciá-la em Marmeleite no ano em curso pois o projecto encontrava-se praticamente concluído. Em resposta à questão relativa ao Centro de Recursos e Protecção Civil respondeu que o projecto já se encontrava aprovado por parte da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR Algarve) e por parte da Protecção Civil, cujo parecer era obrigatório. Por seu lado a despesa corrente com o actual Centro de Meios Aéreos consistia basicamente na substituição de lâmpadas pois a manutenção de limpeza e de pintura era feita através da despesa corrente em Edifícios Municipais. Falou do Convento de Nossa Senhora do Desterro dizendo que não tinha sido contemplado por não ser expectável que os proprietários da parcela a adquirir, conseguissem resolver as questões que tinham em mãos, todavia, na eventualidade de surgir alguma novidade neste campo, a Câmara continuava na disposição de negociar para adquirir aquela parte. Bem assim a ampliação do Cemitério Municipal dependia também, em primeira instância, da resolução de problemas da parte da família proprietária do terreno a adquirir. Porém, como fora feita recentemente uma intervenção de gestão no espaço actualmente disponível que resolvera alguns dos problemas existentes, a urgência naquela aquisição deixara de ser tão premente como o fora e podia ser adiada. No concernente à questão Centro Cultural, a respectiva rubrica fora dotada pelo facto de existir uma candidatura, em conjunto com outros municípios, e não fora considerada muito importante, pela já invocada razão de contenção perante os tempos de crise, razão pela qual era levado a crer que tal rubrica nem chegasse a ter qualquer movimento. Disse seguidamente que os Ginásios Bio-saudáveis consistiam em equipamentos colocados em zonas urbanas para a prática de exercício físico, essencialmente direccionado à Terceira Idade, e o primeiro a instalar em Monchique sê-lo-ia frente à Rotunda de São Sebastião. Quanto à Venda de Bens de Investimento disse que se mantinha o interesse na venda da '*Monsciccus*' pois em qualquer altura podia aparecer um investidor interessado. À questão relativa a Prémios e Ofertas respondeu que alguns dos valores que eram vulgarmente atribuídos a agremiações para aquisições de taças ou medalhas e outros troféus tinham sido colocados nesta rubrica. Situação similar com a rubrica Seminários e Exposições onde estão

enquadrados os valores destinados essencialmente a programas de promoção do concelho como sejam a participação na Fatacil ou na Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL). Por sua vez os valores inscritos em Instituições Particulares de Solidariedade Social tinham a ver principalmente com um reforço de verba para os Bombeiros Voluntários de Monchique. No que concerne às verbas em Publicidade, explicou que tais valores tinham a ver com um número considerável de publicações de regulamentos que teriam de ser feitos durante ano económico. Reportou-se seguidamente às freguesias dizendo que os pagamentos correspondentes a 2010 não tinham sido ainda efectuados pelo que estavam incluídos nas respectivas verbas nos documentos em apreciação e bem assim um valor devido à freguesia de Alferce ainda do ano de 2008. Seguidamente reportou-se à intervenção do membro CONCEIÇÃO CRUZ dizendo que não fora feito qualquer estudo para aferir das carências da freguesia de Marmeleite mas o contacto que mantinha amiúde com as populações dava algumas indicações de que mencionou o exemplo de haver muitas pessoas daquela freguesia, em lista de espera para o Lar da Misericórdia. Se bem que preferisse a assistência domiciliária que considerava uma modalidade mais barata e eficaz, não era sua a decisão. No que respeita à Loja Social disse que a intenção passava por fazer uma obra em terreno particular deduzindo posteriormente a renda do investimento; a sua gestão implicaria ainda assim alguma despesa e seria impossível basear-se exclusivamente em voluntariado ou em ofertas. Falou depois dos Edifícios escolares começando a dizer que a transferência das competências para as autarquias locais fora, no caso de Monchique, um 'presente envenenado' pois, do levantamento efectuado verificava-se a necessidade de realizar obra superior a €1 000 000 quando a transferência era de cerca de €20 000. O SECRETÁRIO DE ESTADO deixara antever uma 'janela' de hipótese de financiamento quando se abordara a questão do encerramento ou não da escola de Marmeleite e, dentro de dias, iria ocorrer uma reunião na AMAL com aquele titular para voltar a falar do assunto. Não obstante o pessoal da Câmara Municipal encontrava-se no edifício da EB 2 3 em manutenção constante, praticamente não contabilizada, mas se o Ministério não viesse a mostrar alguma abertura, seria de equacionar a devolução das competências delegadas. Terminou a sua intervenção comentando a intervenção do membro CARLOS ALMEIDA e dizendo aguardar um milagre há algum tempo que era o IMI proveniente do empreendimento 'Longevity'. A propósito disse esperar

que, para a classificação daqueles imóveis, a tutela não tomasse uma decisão arbitrária sem ouvir a Câmara Municipal.-----

Falou a Vereadora ARMINDA ANDREZ dizendo que o lugar de Educador de Infância talvez não estivesse correctamente colocado no documento porquanto o pretendido era abrir um lugar de tempo indeterminado em vez do existente, para aquela categoria, a termo certo. Depois, relativamente às questões relacionadas com previsões de receitas, disse que o Regulamento de cobrança de taxas iria ficar pronto de forma a poder ser presente à próxima sessão do Órgão deliberativo sendo que as contas que se apresentavam baseavam-se genericamente nas previsões desde essa data até ao final do ano. Algumas receitas tinham a ver com pagamentos provenientes da ENERNOVA, da EDP, do Parque eólico e também das já mencionadas transferências do Ministério da Educação e ainda de acções de formação que a Câmara Municipal de Monchique iria promover no âmbito do Programa Operacional do Potencial Humano (POPH).-----

Falou o Vereador LUÍS GRADE dizendo, relativamente à questão relacionada com facturação de água, ser esperado um acréscimo de €100 000 na receita relativamente ao ano transacto por via de actualização de preços a ocorrer, muito por via do cumprimento de determinações da Entidade Reguladora de Serviços de Água e Resíduos (ERSAR) tendentes à uniformização dos preços em todo o país. Assim, para além do aumento da rede, seriam criadas tarifas de disponibilidade, até à data inexistentes e seriam também integrados na rede da Câmara os consumidores de Montinho que não o estavam até agora.-----

O membro JOSÉ ARMANDO RAMOS reportou ainda ao PRESIDENTE DA CÂMARA a existência de deficiências na drenagem do campo de jogos da Escola Básica de São Roque, em Monchique onde lecciona.-----

O membro CARLOS ALMEIDA perguntou quando seria resolvida a problemática do amianto nos edifícios escolares de Monchique. Terminou dizendo que o Mapa-Resumo do Quadro de Pessoal não constava na documentação dos assuntos em debate sendo, de futuro, aconselhada a sua apresentação para entendimento cabal de todas as situações relativas à gestão municipal.-----

A Vereadora ARMINDA ANDREZ respondeu que o referido mapa não fora presente por não estar em vigor ainda a estrutura orgânica sobre a qual se basearia.-----

O PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu que as deficiências da Escola de São Roque estavam referenciadas para oportunamente se solucionarem. Quanto à questão do amianto respondeu que era uma situação a resolver após outras também prementes do estabelecimento que estavam a ser levadas a efeito.---

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL disse ainda que algumas das questões que colocara não tinham sido devidamente esclarecidas como as relativas a Locação de Edifícios e a Estudos, Pareceres, Projectos e Consultadoria.-----

O PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu que as verbas consignadas para Locação de Edifícios tinham a ver com a pretendida implementação de um programa de apoio ao arrendamento da parte de particulares e incluíam também valores para pagamento de rendas de que a autarquia necessitasse. Por seu lado o item Estudos, Pareceres, Projectos e Consultadoria estava dotado para fazer face a diversos estudos e revisões que teriam de ser feitas como fossem os relativos ao Plano Director Municipal, Plano de Protecção Civil e outros.-----

Terminadas as intervenções relativas a estes pontos e de acordo com o estabelecido o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL colocou à votação as **Grandes Opções do Plano do Município de Monchique para o ano económico de 2011.**-----

Contabilizados os votos verificou-se a APROVAÇÃO deste ponto, por MAIORIA, com o seguinte resultado:-----

FERNANDO REIS LUÍS	Absteve-se
JOSÉ MANUEL DA SILVA FURTADO	Absteve-se
MARIA DA GRAÇA MOREIRA DA SILVA MIRA	Absteve-se
CARLOS BRUNO CORREIA DE ALMEIDA	Absteve-se
MARIA DA CONCEIÇÃO ALVES SILVA DA CRUZ MIRA	Absteve-se
ANTÓNIO SILVESTRE DA SILVA NUNES	Absteve-se
ARSÉNIO MANUEL MARQUES VEIGA MEDRONHO	Absteve-se
HUMBERTO MARQUES VARELA	Absteve-se
ANA PAULA GERVÁSIO PENTEADO DE ALMEIDA	Absteve-se
FERNANDO ANIÓNIÓ ANDREZ VÁRZEA	Votou a favor
CATARINA MARIA NUNES CHULA	Votou a favor
STEPHEN JOHN HUGMAN	Votou a favor

HUMBERTO FERNANDES SÉRIO	Votou a favor
JOSÉ ARMANDO VICENTE RAMOS LOPES	Votou a favor
CARLOS MANUEL DUARTE DA ASSUNÇÃO	Votou a favor
MARTA SOFIA TIAGO MARTINS	Votou a favor

Votos a favor: **sete**; Abstenções: **nove**.-----

Não houve lugar a declarações de voto.-----

Seguidamente colocou à votação a **Proposta de Orçamento do Município de Monchique para o ano económico de 2011**.-----

Contabilizados os votos verificou-se a **APROVAÇÃO** deste ponto, por **MAIORIA**, com o seguinte resultado:-----

FERNANDO REIS LUIS	Absteve-se
JOSÉ MANUEL DA SILVA FURTADO	Absteve-se
MARIA DA GRAÇA MOREIRA DA SILVA MIRA	Absteve-se
CARLOS BRUNO CORREIA DE ALMEIDA	Absteve-se
MARIA DA CONCEIÇÃO ALVES SILVA DA CRUZ MIRA	Absteve-se
ANTÓNIO SILVESTRE DA SILVA NUNES	Absteve-se
ARSÉNIO MANUEL MARQUES VEIGA MEDRONHO	Absteve-se
HUMBERTO MARQUES VARELA	Absteve-se
ANA PAULA GERVÁSIO PENTEADO DE ALMEIDA	Absteve-se
FERNANDO ANTÓNIO ANDREZ VÁRZEA	Votou a favor
CATARINA MARIA NUNES CHULA	Votou a favor
STEPHEN JOHN HUGMAN	Votou a favor
HUMBERTO FERNANDES SÉRIO	Votou a favor
JOSÉ ARMANDO VICENTE RAMOS LOPES	Votou a favor
CARLOS MANUEL DUARTE DA ASSUNÇÃO	Votou a favor
MARTA SOFIA TIAGO MARTINS	Votou a favor

Votos a favor: **sete**; Abstenções: **nove**.-----

Não houve lugar a declarações de voto.-----

**Aprovação em minuta**.-----

Por solicitação expressa nas propostas constantes da Ordem de Trabalhos, esta acta fica aprovada em minuta no que respeita às deliberações tomadas.--

O PRESIDENTE DA CÂMARA, considerando a época natalícia, endereçou um convite aos presentes para uma ceia convívio na sequência desta reunião.-----  
Tratando-se de uma sessão ordinária, não havendo mais assuntos para tratar, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL deu por encerrada a sessão do Plenário pelas 00:55 do dia 28 de Dezembro de 2010, da qual se lavrou esta acta que depois de lida, discutida e aprovada será assinada pela Mesa e por um representante de cada força política com assento nesta Assembleia.-----

Fernando Luís Silva  
Presidente da Assembleia Municipal  
Assinado por: Fernando Luís Silva  
Stéphane

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_